

Antônio Roberto Sampaio Dória investido na titularidade de Direito Financeiro.

O Professor Antônio Roberto Sampaio Dória nasceu em São Paulo a 23 de novembro de 1937, filho de Omar Sampaio Dória e da. Lúcia Goulart Sampaio Dória.

Freqüentou o Colégio Santo Inácio, no Rio de Janeiro e o Colégio São Luís, nesta Capital, ingressando em seguida na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, onde colou grau de bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais em 1960.

Completoou cursos de pós-graduação na *Southern Methodist University*, Dallas, Texas, e na *New York University School of Law*, em 1962 e 1963. Nesta última obteve o título de *Master of Comparative Jurisprudence*.

Em 1964 submeteu-se a concurso para a livre docência de Direito Financeiro, nesta Faculdade, depois transformada a cadeira para Direito Tributário. Desde então regeu cursos de bacharelado, na Faculdade, tendo também sido professor de Ciência das Finanças, durante vários anos, no antigo Curso de Especialização.

É membro do Instituto Jurídico da Associação Comercial do Estado de São Paulo; do Instituto dos Advogados de São Paulo; da Inter-American Bar Association e da International Fiscal Association. Participou ainda da Comissão nomeada pelo Governo do Estado de São Paulo para a redação de projeto da Constituição de 1967 e da Comissão Redatora do Código Tributário do Estado de São Paulo, em 1968.

Em novembro de 1972, concorre à titularidade de Direito Econômico e defende a tese *Discriminação de Competência Impositiva*; todas as suas provas são brilhantes e é aprovado com distinção.

Bibliografia.

O professor Antônio Roberto Sampaio Doria publicou os seguintes trabalhos:

Trabalhos Jurídicos.

Princípios Constitucionais Tributários e a Cláusula Due Process of Law, 1964, São Paulo.

Da Lei Tributária no Tempo, 1968, São Paulo.

Polícia Tributária e Desenvolvimento Nacional, 1970, São Paulo.

Elisão e Evasão Fiscal, 1971, São Paulo.

Incentivos Fiscais para o Desenvolvimento (coordenação), 1971, São Paulo.

Discriminação de Rendas Tributárias, 1972, São Paulo.

Equality and Uniformity in Taxation, 1966, Nova York (tese),

Conferências, Artigos e Pareceres.

Distinção entre Taxa e Preços Públicos. Tarifas Aduaneiras. Rev. dos Tribunais, vol. 325, pág. 44.

Imposto do Selo e Recibos de Integralização de Capital. Rev. dos Tribunais, vol. 322, pág. 77; Rev. Forense, vol. 201, pág. 83.

Conceito de Porto e Serviços de Estiva; Rev. dos Tribunais, vol. 324, pág. 47.

Imposto de Renda, in *O Novo Sistema Tributário Nacional*, 1967, São Paulo.

Revogabilidade dos Atos Administrativos e Coisa Julgada em Direito Tributário. Rev. dos Tribunais, vol. 363, pág. 66.

Imposto de Circulação de Mercadorias, Imposto de Serviço e Indústria Gráfica. Rev. dos Tribunais, vol. 392, pág. 47.

Incentivos Fiscais para a Fusão e Incorporação de Empresas; Res. Tributária, sec. Comentários, 1971.

A Investidura.

Após sua nomeação, o jovem mestre é investido no cargo em sessão solene da Congregação, realizada no salão nobre a 21 de dezembro de 1972.

Presidindo à mesa, o diretor da Faculdade, professor José Pinto Antunes, esclarece que além da cerimônia de posse do professor Antonio Sampaio Dória, a reunião tinha a finalidade de encerrar, solenemente, o ano letivo. Designa, em seguida, os professores Ruy Barbosa Nogueira, Cesarino Júnior e Paulo José da Costa Junior para introduzirem o mestre no doutoral; presentes a Congregação de professores, autoridades, alunos e amigos. Após a cerimônia de estilo, foi dada a palavra ao professor Ruy Barbosa Nogueira que, representando a Congregação, saúda o titular de Direito Financeiro. Refere-se à sua juventude e cita Decourcelles, ao considerá-lo possuidor desse tesouro em toda a sua expressão física e intelectual com enorme capacidade crítico-valorativa para a transmissão do melhor.

Ruy Barbosa Nogueira saúda o novo titular.

Através dos umbrais de memorável concurso de títulos e provas, realizado perante a mais qualificada banca de Mestres do Direito, eleitos pela Congregação, hoje se integra no Departamento de Direito Econômico-Financeiro o novo Professor Titular, Antonio Roberto Sampaio Dória e passa a fazer parte desta Egrégia Congregação.

Como Chefe do Departamento não posso deixar de manifestar meu júbilo e, ao agradecer à Diretoria e à Congregação a honra de me haverem indicado para a saudação nesta posse, também devo ressaltar o exemplo para o ensino do Direito que constitui mais esse concurso da nossa amada Academia do Largo de São Francisco.

Jovem, inteligente, culto, companheiro e já querido dos alunos, eis a figura do novo Professor Titular.

Se é verdade, como diz Decourcelle, que “a juventude é um tesouro que se pode possuir em todas as idades e também quando se é jovem”, V. Excelência, Professor Antônio Roberto Sampaio Dória, encerra este tesouro no corpo e na alma. Deus o dotou de instrumentos necessários à velocidade da aquisição de cultura e dos imprescindíveis para o contínuo desenvolvimento e sobretudo os da capacidade crítico-valorativa para transmitir o melhor.

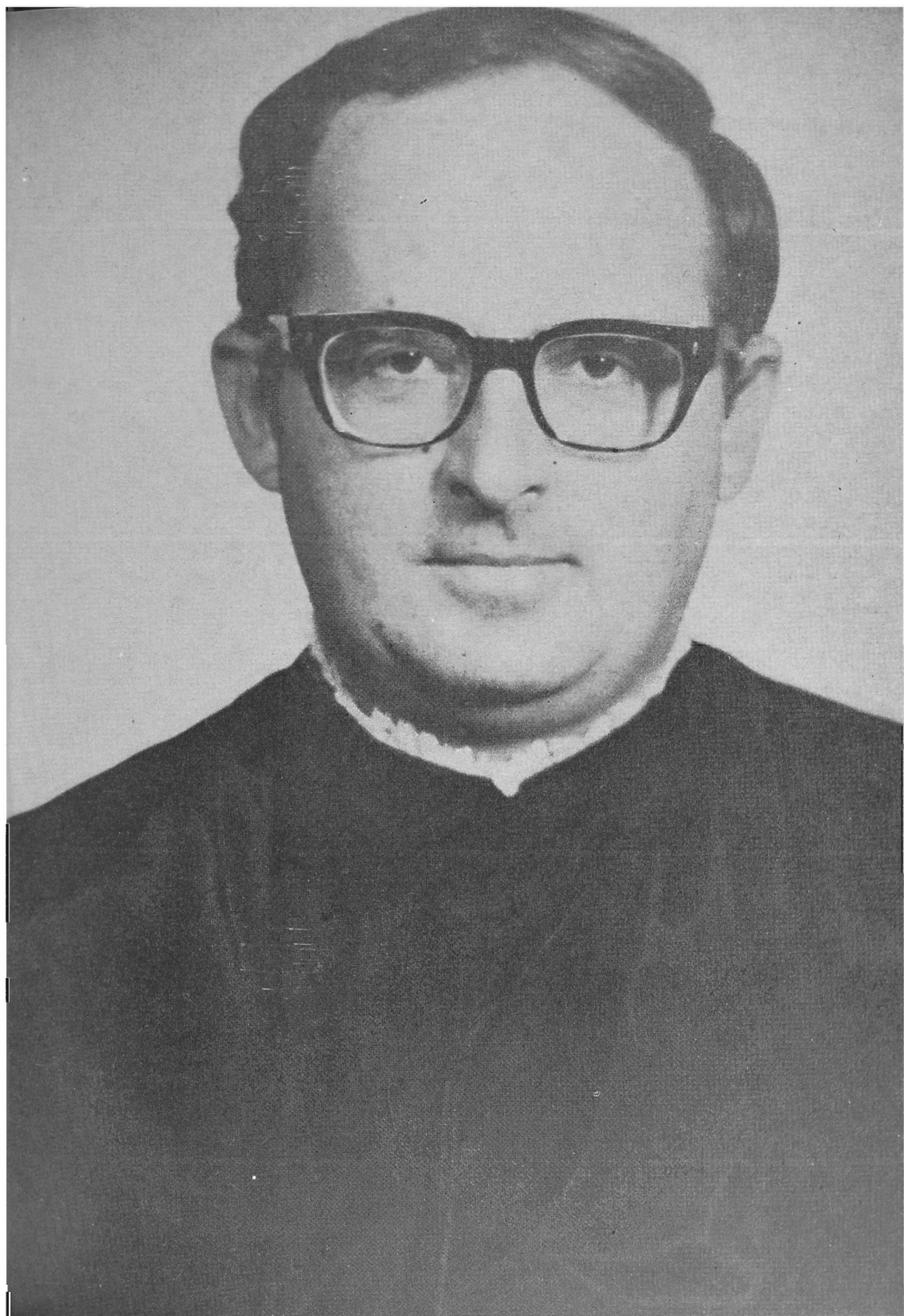
O intelecto é que aciona a eterna busca da razão ou pensar reflexivo, que talvez seja mesmo não só a maior dávida de Deus ao homem, mas das Suas evidências, a meu sentir, a mais convincente da Sua própria existência.

Inteligência não é apenas poder de aquisição de cultura, mas sobretudo faculdade de discernimento e de criatividade.

Seres humanos admiráveis não são aqueles que mais se destacam pelo saber em si, mas pelo bom saber que legam à Humanidade.

Que admirar mais, por exemplo, em *L'Homme, cet Inconnu* do grande ALEXIS CARREL?

Apenas a sapiência do autor ou esta aliada ao chamamento do homem à própria razão material e espiritual da sua vida, isto é, considerado no seu “status” de ser humano, na sua “universalidade”?



“A atenção da humanidade deve transportar-se das máquinas e do mundo físico até ao corpo do homem, até aos processos fisiológicos e espirituais, sem os quais as máquinas e o Universo de Newton e de Einstein não existiriam”.

A conclusão a que chega CARREL, dentro do domínio da observação científica, para conclamar seja o ser humano a convergência das preocupações do homem é, precisamente, o que, por toda a eternidade, vem clamando os melhores cientistas, filósofos e poetas.

O acervo da cultura vale pelo que epistemológica e axiologicamente a inteligência possa extrair do melhor para transmitir às novas gerações o ótimo.

Este nos parece dever ser o verdadeiro compromisso dos que se dedicam ao ensino e é o que temos encontrado nas investigações e ensinamentos do jovem Mestre de que estamos a falar.

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais por esta Faculdade em 1960, já em 1964 obtinha o título de doutor em Direito e conquista o primeiro lugar em concurso de livre-docência de Direito Financeiro entre os quatro concorrentes aprovados.

Em 1962/63 foi professor de português no Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de Nova York e como prêmio (“Honors Work”) foi participar da XIIIª Conferência da “Inter-American Bar Association” na cidade do Panamá, como representante do Instituto de Direito Inter-Americano.

Em 1967 conclui curso regular na Faculdade de Direito da Universidade de Nova York e obtém o título de “Master of Comparative Jurisprudence” com a tese *Equality and Uniformity in Taxation*, terminada em 1966.

Além de várias conferências, cursos e a regência do curso de Graduação desta Faculdade, é de se destacar o Curso de Especialização sobre Ciência das Finanças, em

grau de pós-graduação, que aqui preleccionou. Sua dedicação foi ao ponto de coordenar os trabalhos de seus alunos e publicar os melhores, como veremos.

Afora inúmeros trabalhos escritos em revistas, queremos destacar dentre os livros já publicados, a obra *Princípios Constitucionais Tributários e a Cláusula due process of law* já clássica na literatura nacional. Outra obra de peso, que revela não só o jurista seguro mas o escritor conciso, é o livro *Da Lei Tributária no Tempo*, publicado em 1968. Em 1970 publicou *Política Tributária e Desenvolvimento Nacional*, sempre com elaborações próprias e formulações orientadoras; com as mesmas qualidades e ainda no mesmo ano, publicou também *Elisão e Evasão Fiscal*.

Finalmente agora em 1972 a obra auspiciosamente premiada neste concurso: *Discriminação de Competência Impositiva*, referta de elaborações próprias e cuja defesa, a que assistimos, foi expressão de talento, cultura, equilíbrio, segurança e sobretudo foi modelar sua aula pública, dado o mais alto grau de qualificação e consciência didáticas.

A conscientização do dever de ensino há de ser premissa do Professor, não só para conforto de seu íntimo, mas sobretudo para infundir respeito ao seu devotamento e refletir nos alunos a conscientização da necessidade do aprendizado.

Uma verdadeira onda de procura das escolas se embate por todo o mundo. Esse movimento, elogiável sob certos aspectos, está, entretanto, criando outro problema sério que é o fenômeno da massificação.

A Cibernética multiplicadora da informação procura auxiliar o atendimento da demanda.

Ainda há pouco em Eindhoven, na Holanda, foi noticiada a conclusão do modelo de um novo sistema de reprodução de sons e imagens coloridas sobre disco, acentuando que esta criação pode significar o início de nova era cultural. E o VLP (Video Long Playing) em que um procedimento técnico, com emprego do raio laser, permitiu sua utiliza-

ção a baixo custo. O fecho de luz do “spot” fere sulco por sulco da matriz e faz ricochetear os raios, de acordo com a aspereza da superfície, em diferentes comprimentos de onda, cada uma delas transportando os traços das imagens, a intensidade do colorido, a composição dos sons. O raio laser substitui a agulha.

Sem dúvida, o video-disco tornado acessível ao maior número de interessados será mais um instrumental nos espetáculos, na atividade editorial e poderá multiplicar e auxiliar muito o ensino.

Mas ensinar pressupõe bem interpretar ou traduzir e transmitir de mente a mente.

Como acentua ROMAN JAKOBSON em *Lingüística e Comunicação*, na própria tradução dentro de um mesmo idioma há uma reformulação; de um idioma para outro a tradução propriamente dita e finalmente a tradução inter-semiótica é uma transmutação. A Semiótica consiste na tradução ou interpretação dos signos verbais por meio de signos não verbais, por exemplo, da arte verbal para a música, para a dança, para a pintura, para a projeção de imagens como na televisão ou cinema.

Portanto o instrumental da Informática pressupõe bom alimento, filtrado pelos estudiosos e verdadeiros mestres. Sem este “prius” toda a automação não resolverá as carências da mente humana que são, e continuarão sempre a ser, as da procura da verdade, afinal só atingível através de “discernimento” e da “criatividade”.

Sem dúvida, o homem está promovendo grande reformulação metodológica à procura não apenas da melhoria e aumento da produção de bens materiais, mas sobretudo em busca da melhoria e aumento da produção dos bens intelectuais.

Para colocar a máquina a serviço do intelecto é imprescindível a matéria prima “discernida” ou “criada”. A máquina, pode fornecer *dados*, mas jamais invadir os campos do *discernimento* ou da *criação* e portanto pre-

cisará sempre e “a priori” do “construído” pelo ser inteligente.

A apreensão e compreensão desse novo contexto ou fase cultural do homem revela novo desafio à capacidade do ser humano e o desperta para uma nova era.

Os dados culturais já representam um imenso estoque.

Os campos das ciências se multiplicam em especializações mas, por isso mesmo, vão cada vez mais se interpenetrando; os operários do saber vão se especializando com a divisão do trabalho e cada vez mais precisam da entre-ajuda ou cooperação e assim as ciências, como elaboração abençoada por Deus, vão unindo mais os cientistas, os homens, enfim a Humanidade.

É neste contexto que o homem pensa, realiza e também sonha.

Pensa para realizar, realiza porque pensou e muitas vezes até realiza sonhos.

Não sei se V. Excelência chegou a pensar que seria um sonho conquistar esta Dulcineia chamada “velha e sempre nova Academia”. Confesso-lhe que, para mim, continuar nesta Faculdade onde fomos alunos, foi a realização de um sonho de que me não quero acordar: aqui, agora como professores, ainda temos Mestres como verdadeiros pais, colegas como irmãos e alunos como filhos. Minha vivência nesta casa é que me permitiu, já de início, referir-me ao seu nobre companheirismo e esta virtude de V. Excelência é um dos maiores tesouros que cada ser humano desta casa alberga em seu coração.

V. Excelência que já tantas vezes, desde quando estudante, como nós, entoara o hino de casa “onde mora a amizade”, agora entra definitivamente para a Congregação dos Professores onde se canta, pelo trabalho diário, o hino da colaboração no ensino.

Se no campo da produção dos bens do mundo exterior é necessária a colaboração, que dizer da necessidade do

esforço comum no campo do saber? Aquele que nega colaboração à produção material, tornou-se *peso morto* para a sociedade, mas candidato à sua própria miséria; no campo do saber, este não será apenas um estorvo ao avanço do conhecimento, mas um indigente mental, um corpo que, sem alma, pela vida passou.

Se é um dever social colaborar nas produções, ensinar a produzir e colaborar no ensino é cumprir mais, porque é devotar amor à Humanidade, é integrar-se no “*desideratum*” da Ciência, da Arte e da Filosofia e comungar com os verdadeiros poetas do humanismo que sonham a divindade e beleza da convivência social. Por tudo isto V. Excelência me faz lembrar do soneto de SULLY PRUDHOMME, de que tento esta tradução:

Um sonho

*O trabalhador me disse no sonho: faça teu pão,
Não te alimento, cava a terra e semeia.
O tecelão me disse: faça tu mesmo as tuas roupas,
E o pedreiro me disse: pegue a colher com tuas
[próprias mãos:]*

*Sozinho, abandonado por toda a Humanidade
Da qual eu tinha de arrastar, por toda parte, a
[implacável maldição]
Quando implorava do Céu a suprema piedade
Eu encontrava leões de pé no meu caminho.*

*Abri os olhos, duvidando se a aurora era real;
Esforçados companheiros assobiavam nas suas
[escadas,]
Funcionavam os teares, os campos estavam
[semeados;]*

Compreendi minha felicidade e que no mundo
[onde estamos]
Nenhum homem pode se vangloriar de dispensar
[os demais;]
Desde esse dia, passei a amar a todos.

Sem dúvida, o homem que sabe pensar e amar, é um eleito da divindade. Eis a síntese de nosso grande poeta OLAVO BILAC:

“Homem! és o universo, porque pensas, e, pequenino e fraco, és Deus, porque amas”.

V. Excelência trabalha infatigavelmente para seus alunos e chega até a colaborar com eles na edição de livro em equipe, para entusiasamá-los, como prova o livro *Incentivos Fiscais para o Desenvolvimento*, publicado em 1971, sob a responsabilidade da coordenação do Professor.

Por tudo isto, tenho ouvido dos próprios alunos, no Departamento, na Faculdade e fora, o quanto eles estimam a V. Excelência.

A meu ver, a amizade e a consideração entre professores e alunos é um dos requisitos essenciais que contribuem para a mais eficaz e melhor transmissibilidade do próprio conhecimento e portanto uma das alavancas do bom ensino.

V. Excelência trouxe ao concurso de títulos e provas não apenas todas essas qualificações de uma vida dedicada ao trabalho, mas de amor ao próprio ensino.

Eis porque recebe o prêmio de seu esforço e pode hoje partilhar sua justa alegria com sua Família, tradicionalmente dotada de intelectuais; com seus colegas; seus amigos; seus alunos e seus admiradores que já anunciaram pela imprensa carinhosa e geral homenagem a que também, feliz, já aderimos.

A Congregação dos Professores, que me incumbiu desta honrosa tarefa, obteve não só o galardão de um concurso modelo, mas a conquista de um colega exemplar.

O Novo titular agradece a saudação recebida.

Terminado o discurso de saudação, toma a palavra o novo titular de Direito Financeiro para agradecer a homenagem recebida de seus pares, e profere o seguinte discurso:

“Raros instantes na vida de um homem podem se comparar a este, em dignidade e emoção. Nele se mesclam a satisfação da meta atingida, árdua, e as infinitas perspectivas que daí se divisam, revigorantes. Para muitos este momento é o fim de longa caminhada. Para outros, cuja hora e vez os fados insondáveis decidiram ter chegado numa quadra primeira da existência, é apenas o princípio. O ponto de chegada, para aqueles, se converte, para estes, no ponto de partida, o que sem dúvida lhes acresce, podemos dizê-lo sem modéstia, de muito as responsabilidades. É, aliás, dessa fusão harmônica de experiência e renovação que têm brotado as melhores e mais fecundas iniciativas desta Casa na história política, jurídica e administrativa do Brasil. Dela se irradia, impregnando-a até sua profundidade, uma viva tradição, num país em que poucas se cultivam. Tradição orgulhosa, de defesa da liberdade, da justiça e do ponderado equilíbrio entre os conflitantes interesses humanos. Mas dela há-de partir também o sopro vivificador e renovador das estruturas políticas e sociais em permanente tensão, a desafiar o engenho e capacidade de conciliação dos juristas, na ansiosa busca de novas formulações que as atendam. A ordem jurídica, a única que civiliza, só será eficaz, em sua normatividade, se se constituir nesse perpétuo interlúdio, nessa transição constante entre os valores de ontem e os de amanhã,

respeitados os parâmetros mínimos, inerentes à dignidade da condição humana.

“É fato evidente que todos que nesta Faculdade aprenderam são por ela marcados definitivamente. Nela moldaram seu espírito, caráter e cultura. É a Faculdade, para o resto de suas vidas, o ponto de referência culminante da mocidade e das esperanças do moço. É o lugar onde se forjaram as amizades duradouras, onde a personalidade de cada um desabrochou. E quando a abandonamos, no limiar de nossa carreira profissional, e desde então sempre e sempre nós evocamos, talvez melancolicamente, a lembrança do que aqui vivemos, os mestres, os amigos e os funcionários, as salas, arcadas e pátio, o sério e o pitoresco, a razão e a emoção. Em torno dessa saga reúnem-se os colegas, como em conversa ao pé do fogo e os aconchega e conforta, em surpresa aos que os cercam, o calor que se desprende da rememoração da experiência vivida em comum, como nenhuma outra. Mas nem a todos esse mergulho no passado satisfaz. Não a nós. Traçam-se, então, como linha inflexível de conduta o propósito de à Escola voltar. E voltam se para tanto for firme sua vontade e sólida sua capacidade de esforço. Iniciam o magistério. Iniciam sua escalada fitando o topo da carreira universitária que a todos atrai irresistivelmente, pela necessidade incoercível de aprimoramento e auto-afirmação. Para nós, que ali chegamos, é simplesmente justo, nesta hora, reconhecer o mérito de nossos colegas que ainda, por circunstâncias várias, não puderam fazê-lo, convictos de que não esmorecerão em sua perseverança.

“Mas não basta o quanto dissemos para justificar o que atingimos. A seriedade de propósitos, com que sempre procuramos pautar nossa atividade docente, nos obriga a fazer despreziosas observações sobre nossa disciplina. Tornou-se lugar comum, neste século, falar-se na crise do direito. No entanto, para nós, como há pouco dissemos,

o direito, ou melhor, a ordem jurídica, está permanentemente em crise, refletindo as mutações subterrâneas da sociedade, quando afloram, porque esta também vive continuamente seu processo de crise, entendida como a necessidade de evolução constante dos organismos cuja acomodação ou paralisia marca o vértice de seu processo vital, a que inexoravelmente sucede sua derrocada. Melhor se diria, pois, que nossa época assiste, fundamentalmente em razão do progresso tecnológico, a uma aceleração da crise social e conseqüentemente jurídica. E nem sempre o instrumental jurídico, e aqueles que os manejam, estiveram abertos e aptos, em todo o mundo, a disciplinar os novos fenômenos e a absorver os conceitos que engendraram. Podemos dizê-lo, pois nossa cadeira é uma das filhas dessa crise. Até hoje ela luta por se afirmar numa especiosa e estéril discussão sobre sua autonomia didática, que esta Escola superou, e científica, que persiste em muitos quadrantes. No entanto, a realidade da atividade financeira pública, economia compulsória de aquisição, como observava EINAUDI, se agigantou, permeia nossas vidas e atividades, é onipresente, demanda crescente regulamentação a que não se aprestaram ainda senão instrumentos toscos e primários de tutela jurídica. Como muitos juristas fecharam os olhos a essa fenomenologia, dela se apropriaram outros, os administradores e técnicos e economistas. E se apropriaram mal porque, ao invés de se circunscrever a sua especialidade, transpuseram-na para invadir a órbita da normatividade, da qual eram jejuns, na técnica e na ciência. Urge, portanto, que nós, diretamente responsáveis, reivindicuemos e desempenhemos a função que naturalmente nos incumbe. Urge que se elimine, como observado por um professor desta Casa a outro propósito, a dissociação “não tanto entre o Direito em geral e a realidade social, mas entre um direito nobre e oficial, o único admitido nas discussões acadêmicas e nos debates doutrinários e um direito menos qualificado

ou de segundo grau, destinado a completar e corrigir o primeiro e de cuja elaboração e interpretação se incumbem exclusivamente os práticos”, numa reprodução moderna da velha oposição entre o *jus civile* e o *jus honorarium*. O Direito não pode ser o reino da lógica e da esquematização abstrata das categorias, cuja pureza repudia qualquer contato com a realidade fenomenal. Nem conservam as instituições jurídicas uma lógica interna absolutamente imutável, indiferente ao fluxo da história e à utilidade funcional, para que foram originalmente concebidas. Nossa missão há-de ser a de cooperar na integração orgânica e crescente do universo financeiro público no universo do direito.

“Intimamente conexo e dependente do problema descrito, avulta outro, que esta Faculdade corajosamente ora se prepara para enfrentar: o da crise do ensino jurídico. Seria despiciendo, neste instante, elaborar a respeito do que se fez e daquilo que se pretende fazer. A flexibilidade curricular, há tanto desejada, é hoje realidade que responde à necessidade de crescente especialização dos profissionais, a par da visão básica dos pressupostos do direito. Sua formulação inicial irá se submeter ao processo de tentativa e de erro. Empírico embora, é dele que se poderão colher os melhores frutos para o aperfeiçoamento do sistema que, cercado de tantas boas intenções, foi implantado. A renovação da metodologia docente é outra área onde se intensificam os esforços dos membros desta Casa. Enfatiza-se a conveniência de um ensino mais ativo, de crescente participação crítica e criativa dos alunos, a despeito do tributo que seu número excessivo impõe a tal método. Submetidos, ainda jovens, a um choque de culturas e de diversidade de métodos e concepções, vigentes em universidades americanas, esforçamo-nos, onde viável, em nossa atividade docente, na introdução das técnicas recomendadas por essa didática compreensiva. Mais do que no bacharelado, no curso de especialização materializa-

ram-se visivelmente os resultados alcançados. Nelas sere-
mos perseverantes, guiados, ainda que idealmente, pela
profissão de fé de JEAN PIAGET: “A meta principal da
educação é criar homens capazes de fazer coisas novas,
e não repetir simplesmente o que fizeram outras gerações
— homens criadores, imaginativos e descobridores. A se-
gunda meta da educação é formar mentalidades que possam
ser críticas, que possam comprovar, e não aceitar, tudo o
que se lhes oferece. O grande perigo de hoje são os
slogans, as opiniões coletivas, correntes de pensamentos
pré-fabricados. Temos que ser capazes de resistir indivi-
dualmente, de criticar, de distinguir entre o que está de-
monstrado e o que não está. Por isso precisamos de dis-
cípulos que sejam ativos, que aprendam logo a discernir
sozinhos, em parte por sua própria iniciativa e em parte
pelo material que lhes oferecemos; que aprendam logo a
reconhecer a diferença entre o que é verificável e o que
é simplesmente a primeira idéia que lhes ocorre”.

“É chegada, senhores, a hora de concluir. Não poderia
deixar de registrar, como presenças invisíveis nesta soleni-
dade, a figura de meu pai, tão cedo desaparecido. A de
meu sogro, que há pouco nos deixou, e por certo seria
aquele que, neste instante, mais vibraria. Também a de
meu avô, antigo professor desta casa, e a ela tão intima-
mente identificado em sua história recente. Foi ele quem
sempre me inspirou na caminhada da vida, quem me
estimulou a iniciar a carreira de professor. Dele guardo
sobretudo a lembrança da firmeza de suas convicções dou-
trinárias e de sua serena crença na democracia.

“Aos que aqui estão, as palavras de agradecimento
seriam pobres para exprimir a intensidade de quem o
deve. Notou um dos mais finos espírito de nosso tempo,
JOHN GAILBRAITH, temperando a afeição com a ironia, ser
de praxe que os autores, no prefácio de suas obras, agra-
deçam a amigos e parentes, mostrando com isso, talvez

não por acaso, que a amizade e a dedicação de muitos enriquecem sua vida e seus labores. Como professor e ao fim destas palavras, faço o mesmo com verdadeiro contentamento.

“Ao Prof. RUY BARBOSA NOGUEIRA agradeço não só a generosidade de suas palavras, nascidas de sua grande nobreza de sentimentos, que de muito excedem o que mereço, mas também o apoio e a confiança com que sempre me honrou durante os anos em que fui professor de direito tributário. Quero testemunhar uma vez mais o que está à vista de todos: sua dedicação ao ensino, sua honestidade de propósitos e sua extrema competência, que muito têm feito para o progresso e a difusão de sua especialidade entre nós.

“Ao diretor desta Casa, seus professores e funcionários, aos amigos que aqui acorreram, a meus parentes e irmãos que sempre me apoiaram e especialmente aos colegas de escritório, que viveram comigo as asperezas e o êxito do concurso, devo sentimentos da mais profunda gratidão. A minha mãe e meu padrasto, que sempre me desafiaram a renovar o esforço para novos cometimentos, cabe grande parcela do que sou e do que fiz.

“Minha mulher, a justo título, compartilha, mais do que todos, da alegria deste momento. Seu devotamento, afeição, interesse e paciência transcendem, de longe, o que lhe posso retribuir. Posso e devo, entretanto, em pálida compensação, creditar-lhe o mérito maior da meta atingida.

“Estes agradecimentos se estendem ao passado. Mas a amizade, o apoio e a dedicação de antes, espero, não me hão de faltar para o futuro, porque sem eles tudo o que agora e aqui me proponho seria, em verdade, vã esperança.

Muito obrigado.

Encerramento da Sessão.

Após o discurso de agradecimento, o presidente da mesa comunica a mensagem do Magnífico Reitor da USP que o fez seu representante; tece consideração sobre a universidade do Direito e à Crise do Ensino Jurídico; como Diretor da Faculdade, agradeceu ao representante da Congregação o excelente desempenho do encargo; aos professores a proficiência de seus ensinamentos, aos alunos o comportamento disciplinado e a dedicação ao estudo, aos funcionários a colaboração prestada durante o ano letivo de 1972 e encerra a sessão.